
SAUDAÇÃO AOS NOVOS PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO TCU¹

Ministro Ubiratan Aguiar

Senhor Presidente,

A caminhada da vida se plenifica no momento em que as metas, os objetivos, os ideais são alcançados. A escalada da montanha vai agregando experiências, ensinando a vencer obstáculos, propiciando a quem chega ao cume, a sabedoria necessária para que do alto possa olhar para a planície e afirmar: o homem da planície é o mesmo do cimo da montanha. A diferença entre os dois reside no saber que um acumulou e o seu aproveitamento na promoção do bem e da justiça social. O presidente ora empossado galgou os degraus da existência e chega ao seu zênite amadurecido pelos embates travados e engrandecido pelos conhecimentos hauridos nos bancos acadêmicos.

O nomadismo que as adversidades climáticas impõem ao nordestino fez com que o cearense de Crateús Valmir Campelo migrasse para a Brasília nascente, centro do poder, e, aqui desenvolvendo dons e talentos, firmasse uma liderança que o levou à Câmara e ao Senado, credenciando-o à disputa ao Governo do Distrito Federal.

Nessa caminhada, após haver dirigido órgãos do Poder Executivo e integrado as duas Casas do Legislativo, o destino reservou-lhe a missão de julgar.

Na Casa de Rui Barbosa pontifica com equilíbrio, prudência tão reclamada a quem é cometida a tarefa de examinar contas, emitir conceitos, aplicar a justiça no campo administrativo.

Sua sobriedade, vestindo o homem de origem simples, fez com que se vislumbrasse em suas decisões e acórdãos a presença do humanismo tão fugidioso nos dias atuais.

Estudioso da Corte que integra, tornou-se em pouco tempo profundo conhecedor da estrutura, competência e finalidade da instituição, quer através do olhar solitário no gabinete ao compulsar os processos, quer no exercício das mais distintas tarefas que lhe foram incumbidas no exercício do ministério, atuando na Presidência da 2ª Câmara, na Corregedoria e na direção da revista do TCU.

O equilíbrio, a moderação e o estudo alicerçam-se na firmeza de suas posições marcadas pela ética.

Hoje eu o saúdo, com o misto da alegria e do orgulho que a conterraneidade oportuniza, fruto da designação feita pelo eminente Presidente Humberto Souto, talvez em razão da homenagem que deseja prestar ao Ceará, berço comum do novel Presidente e do companheiro que o saúda.

¹ Palavras proferidas, na Sessão Extraordinária do Plenário realizada em 11 de dezembro de 2002, quando tomaram posse os Ministros Valmir Campelo e Adylyson Motta, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, para o ano civil de 2003.

Agradeço, Ministro Humberto Souto, a distinção que me confere, máxime partida de um homem público probo e de conduta merecedora de encômios, que engrandeceu e projetou o Tribunal no exercício da sua Presidência.

Ministro Valmir Campelo, Vossa Excelência assume a direção do Tribunal de Contas da União no momento em que esta instituição salta aos olhos da sociedade como um dos marcos referenciais de credibilidade. O conceito de que hoje desfruta se agasalha na máxima do escritor alemão Peter Bamm quando afirma: “*Sempre fazemos nosso trabalho com certo ruído. Mas quando somos efetivos isso é silencioso*”. Silenciosos e operativos estamos cumprindo nossa missão. Não buscamos os holofotes que ofuscam, mas a efetividade da ação que constrói.

Sobre o TCU disse o Ministro Marcos Vilaça em seu discurso de posse:

“O que aqui se aprecia, prévia, subsidiariamente à manifestação congressional, é a execução das políticas governamentais e seus resultados. A consistência entre os meios e os objetivos. O uso dos recursos públicos. A legalidade, a normalidade das ações administrativas. Sua eficiência, eficácia, efetividade. O grau de alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento de governo.

Não se concebem os meios independentemente dos fins. Mas os fins não acontecem sem a adequada provisão de meios. O controle externo não pode, portanto, prescindir da análise dos objetivos da ação governamental, de sua viabilidade e de sua compatibilidade interna. Esse exame, inclusive, é útil para esclarecer o sentido dos meios. Serve para justificar a escolha dos caminhos adotados na execução do planejamento. Em outras palavras, o que nesta Casa se aprecia é a estratégia de governo, a execução das ações governamentais planejadas. É a Administração Pública em ação.”

Na defesa da cidadania e dos princípios éticos tem o Tribunal contrariado interesses e sido alvo do combate tenaz de setores aos quais não se tem curvado. Mais do que nunca devemos reforçar nossa posição, auxiliando o Congresso Nacional na sua ação fiscalizadora, olhos técnicos e jurídicos em defesa da coisa pública.

Estamos conscientes da necessidade de construir hoje o Brasil da ética e da cidadania. Segundo a educadora Guiomar Namó de Melo “*não existe cidadania sem conhecimento. O conhecimento qualifica a cidadania.*” Trago, neste ensejo, a profundidade do texto de José Paulo Cavalcante Filho, quando discorre sobre nossa realidade social:

“A nova ética que estamos construindo deveria, por tudo isso, ser uma ética de inclusão. De inclusão social. Mas perdemos, como povo, o sentimento do coletivo. E o amanhã é incerto. Uma parte das nossas crianças está fora das escolas; e outra parte está-se formando em quartos fechados, crianças que encontram amigos nos Estados Unidos e na França, pelas telas do computador, embora sejam cada vez menos capazes de convidar seus vizinhos de porta para brincar; que encontram pessoas diferentes, mas não procuram seus iguais; que conhecem o mundo mas talvez não conheçam sua terra. O que preocupa, porque nos novos padrões de solidariedade social que buscamos provavelmente resultarão menores que os atuais. Talvez tudo se passe por outros caminhos, é certo; ou talvez estejamos assistindo a

algo pior – à institucionalização da apartação, à sagração do indivíduo, ao nascimento de uma democracia da solidão.

(...)

Apesar de tudo, é hora de estabelecer relações entre o Brasil dos shopping centers e o Brasil dos excluídos, entre os setores de ponta da economia e sua base fordista, entre o aumento de renda dos assalariados e um mínimo de recursos para os sem emprego e sem salário. Porque já começa a germinar, no coração do indeterminado cidadão comum, a semente da indignação nacional.”!

Para que não haja crianças fora da escola em decorrência de recursos desviados, a fim de que se disponibilize meios para geração de emprego, com o objetivo de substituir a indignação nacional pela satisfação geral do povo, é que esta Casa que Vossa Excelência passa a dirigir, tem consciência plena do compromisso com a sociedade, de ser os seus olhos no exame da aplicação dos dinheiros públicos. É assim que tem se posicionado por meio de suas decisões, observadas as manifestações das Unidades Técnicas e do Ministério Público, expressões maiores da qualidade profissional de quantos integram os quadros do TCU.

O controle social manifestado no acompanhamento da execução orçamentária vem se expressando de forma acentuada no aumento dos processos de representação e denúncia. A democratização das informações ensejando seu acesso pelos meios eletrônicos, a ampla divulgação pela imprensa das decisões desta Corte, têm proporcionado maior transparência na caminhada dos processos.

Sei de sua preocupação com a presença mais efetiva das ações pedagógicas, de caráter preventivo, mediante a ministração de cursos e seminários para gestores, utilizando-se os órgãos públicos de comunicação, bem assim, de uma política permanente da formação e aperfeiçoamento de quantos integram esta Corte de Contas, reforçando sua visão político-administrativa, sua consciência da responsabilidade social lastreados no conhecimento da vida e da realidade nacional de que são possuidores.

Presidente Valmir Campelo: sua eleição é prêmio ao trabalho, à dedicação à causa pública, ao sentimento característico dos vocacionados para servir. Nesta hora o dever de justiça me impõe, ao saudar seus filhos, que eu ressalte a presença companheira e amiga, fonte de sua inspiração e partícipe de seus êxitos – sua esposa Marizalva; ao abraçar seus irmãos que eu reverencie sua mãe, D. Raimundinha Campelo em seus lúcidos 88 anos de amor.

Seleta audiência,

Não poderia encerrar minhas palavras sem exaltar meu júbilo em também saudar o Ministro Adylson Mota, homem público que simboliza as melhores virtudes do povo gaúcho, na inteireza do caráter, na firmeza das posições, no devotamento à causa pública. Fui seu companheiro na Assembléia Nacional Constituinte e desse período guardo com carinho um registro da dedicação à tarefa que nos era cometida: das 911 votações havidas, apenas a duas delas estivemos ausentes. Esse brasileiro, marcado com o sinete da ética, conduzirá, ao lado do Ministro Valmir Campelo, os destinos desta Casa, exercendo as relevantes funções de Vice-Presidente e Corregedor.

Ao cumprimentá-lo por tão honrosa investidura, desejo estendê-lo a sua esposa Vera, pilastra de sustentação de seus êxitos e vitórias.

Caros homenageados,

Se é certo o adágio que diz “*em cada cabeça uma sentença*”, também é oportuno lembrar que em cada missão que nos é dada, necessário se faz juntar a sentença da cabeça com a sensibilidade do coração, ou como diz o filósofo e escritor Jean Jacques Rousseau “*A razão faz o homem, o sentimento o conduz*”. Com esse desejo de construir a Pátria de nossos sonhos, vou mergulhar na beleza dos versos de Vinícius de Moraes em seu poema “Pátria Minha”:

“Mais do que a mais garrida
a minha Pátria tem uma quentura
um querer bem, um bem
Um ‘*libertas quae sera tamen*’
Que um dia traduzi em meu exame escrito
Liberta que serás também.
E repito!”

Repito sem o brilho do poeta, mas com a amizade que constrói.

Sejam no desempenho das funções que agora passam a ocupar símbolos de justiça, modelos de serenidade, referências de imparcialidade, rochas de firmeza, sinônimos de solidariedade, presenças de Deus.